

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL DE 2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>115.027.138,20</b>	<b>237.453,94</b>
Pessoal Ativo	92.398.237,34	220.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	22.628.900,86	17.453,94
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>21.652.114,93</b>	<b>237.453,94</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	26.148,13	237.453,94
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	21.625.966,80	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)</b>	<b>93.375.023,27</b>	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)</b>		<b>93.375.023,27</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	678.292.443.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,013766
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,034829
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,033088
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,031346

FONTE: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e COFIC/SAO/TRESC. Emitido em 21/Mai/2014 às 13 horas e 10 min.

- Notas:
- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
    - Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
    - Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.
  - Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
  - Valor da RCL referente à Portaria STN nº 276, de 19/5/2014.

Salésio Bauer  
 Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Eduardo Cardoso  
 Secretário de Administração e Orçamento

Denise Goulart Schlickmann  
 Coordenadora de Controle Interno

De acordo.  
 Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Manoel Martins  
 Diretor-Geral

De acordo.  
 Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz  
 Vice-Presidente no exercício da Presidência